

GÊNERO, TRABALHO, INTERSECCIONALIDADES E ATRAVESSAMENTOS

A Teoria do Valor-Trabalho Marxista e a Teoria da Reprodução Social: uma reflexão a partir da Epistemologia Feminista

*The Marxist Theory of Labor Value and the Theory of Social Reproduction:
a reflection from Feminist Epistemology*

Cecy Bezerra de Melo

Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco.
Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco.
<https://orcid.org/0000-0001-7673-5271>

RESUMO: A Teoria Social, embora tenha certa inclinação a fazer reflexões que se propõem universais, é historicamente marcada pelo androcentrismo. Nesse sentido, para defender a proposta de abordagem teórica não centrada apenas em sujeitos masculinos, que tem se figurado de maneira substancial na Teoria Feminista, esse breve artigo se detém sobre a discussão do diálogo entre a teoria do valor-trabalho marxista e a teoria feminista da reprodução social. Ele está estruturado em quatro partes e considerações finais. No primeiro momento proponho uma discussão da posição da Teoria Feminista na Teoria Social. No segundo momento, refletirei brevemente sobre a noção marxiana do Valor-Trabalho. Em seguida, desenvolvo uma discussão introduzida sobre as Teorias da Reprodução Social em relação à Teoria do Valor-Trabalho. Por fim, objetivo demonstrar a contribuição da Teoria Feminista na Teoria social por meio dos esforços da teoria feminista-marxista da Reprodução Social na contribuição para o debate da integração das questões de gênero na teoria marxista sobre as relações sociais de produção no capitalismo.

Palavras-chave: teoria social, epistemologia feminista, teoria da reprodução social, marxismo.

ABSTRACT: Social Theory, although inclined to make reflections that claim universality, is historically marked by androcentrism. In this sense, to advocate for a theoretical approach not solely centered on male subjects, which has emerged in Feminist Theory, this

brief article focuses on the discussion between Marxist labor theory of value and feminist theory of social reproduction. It is structured into four parts and final considerations. In the first section, I propose a discussion of the position of Feminist Theory in Social Theory. The second section briefly reflects on the Marxian notion of Labor-Value. Following that, I develop an introductory discussion on the Theories of Social Reproduction in relation to Labor-Value Theory. Finally, my aim is to demonstrate the contribution of Feminist Theory in Social Theory through the efforts of feminist-marxist theory of Social Reproduction in contributing to the debate on integrating gender issues into the Marxist theory of social relations of production in capitalism.

Keywords: social theory, feminist epistemology, theory of social reproduction, marxism.

1. INTRODUÇÃO

A Teoria Social apresenta um esforço multidisciplinar, com a Sociologia em seu campo elementar, mas que a transcende, integrando disciplinas vizinhas, em ordem de compor uma teoria geral da sociedade. Dessa forma, ela não se limita a formular questões e concepções da Teoria Sociológica, sendo relativamente autônoma dela. Em outras palavras, a Teoria Social é um esquema amplo que abriga todos os conceitos das Ciências Sociais, que produz um impacto que ressoa de forma panorâmica nas humanidades, ou seja, no conjunto de disciplinas que lida com o comportamento humano em sociedade, como a Teoria Sociológica, Política, Filosófica, Econômica e Jurídica (VANDENBERGHE, 2009).

Nesse contexto, a busca por entender a posição da Teoria Social em conjunção com Teoria Feminista reside na sua similitude em seu caráter interdisciplinar. A Teoria Feminista, ou melhor, as Teoria Feministas compõem um conjunto de reflexões sobre “a condição da mulher” e, mais recentemente, sobre as relações de gênero em geral, produzindo reflexões e esquemas conceituais de mediação e transversalidade disciplinar. O trabalho das Teorias Feministas parte de uma preocupação gendrada, mas contribuem de forma ampla com as reflexões da Teoria Social, ao também reexaminar conceitos como agência, poder, justiça e divisão de trabalho. De maneira que a Teoria Feminista alarga e renova concepções importantes da Teoria Social (HAMLIN; WEISS, 2021).

Contudo, como colocado por Cynthia Hamlin e Raquel Weiss (2021), apesar das reflexões constantes das teóricas feministas sobre o mundo social, elas são percebidas

como “O Outro” da Teoria Social. “O Outro” no sentido de Simone de Beauvoir, no qual, a Teoria Social é o universal e a Teoria Feminista é reduzida a uma peculiaridade, subsumindo o impacto que essa última tem sobre a primeira, o que omite contribuições feministas em conceitos e reflexões teóricas fundamentais para a Teoria Social.

A construção do “Outro” na Teoria Social consegue exilar ainda mais o trabalho produzido pelas teóricas feministas negras, como demonstra Patrícia Hill Collins (2016) no seu conceito de *outsider within*. Quando as mulheres negras ingressam no campo do pensamento sociológico, elas tendem a perceber diversas anomalias nas interpretações predominantes da Teoria Sociológica, que tem o homem branco como sujeito sociológico e as suas questões como centro da análise social. As acadêmicas negras são afetadas pela produção de sua subalternidade na academia por meio das omissões e distorções das suas imagens. Essas anomalias nas descrições sociológicas sobre as mulheres negras servem como instrumentos de dominação e controle, assim como estereótipos presentes na mídia. As narrativas dos *insiders* da academia sobre mulheres brancas e negras produzem um “outro” desumanizado, mas no caso da condição feminina negra, esse outro formulado não é apenas concebido em relação ao sujeito masculino, mas ao sujeito masculino branco. As acadêmicas feministas negras em sua posição de *outsiders within* buscam problematizar e superar a invisibilidade e as imagens distorcidas que foram/são fabricadas. Assim, o pensamento feminista negro oferece um esforço para conferir centralidade nas vozes das mulheres negras a fim de desafiar a credibilidade das distorções e visibilizar a existência, humanidade e pluralidade desse grupo.

Dessa forma, as teorias feministas ao enquadrar no bojo da análise grupos que historicamente estiveram ocupando um espaço periférico na construção teórica, proporciona novas compreensões, interpretações e debates para a Teoria Social, fortalecendo o pensamento social

À vista disso, uma questão pertinente é: por que as contribuições de níveis diversos e de transversalidade disciplinar produzida pelas teóricas feministas é circunscrita nesse lugar de marginalidade? Uma resposta possível é que a Teoria Social enfrenta um limite epistemológico, pois tende a considerar um tipo de experiência, mais especificamente a de um sujeito (o masculino e branco), em detrimento das outras. A produção de conhecimento da Teoria Social universaliza a experiência masculina branca. Por essa razão, a Epistemologia Feminista dedica esforços para que as mulheres ocupem os campos de saberes nos mesmos termos que os homens, fundamentalmente devido às referências científicas - e aqui ressalto a Teoria Social - deixarem às mulheres à margem. Essa marginalidade é dupla: historicamente é negado à mulher seu papel enquanto produtora do saber, ao mesmo tempo que também o sujeito feminino é suspenso na história documentada da Teoria. De tal maneira que o

sujeito feminino não é o sujeito das afirmações dos cânones da Teoria Social. “O homem” referido não é um personagem genérico, mas de fato o sexo masculino.

A própria organização do cânone da Sociologia estabelece uma identidade, no qual, a subalternidade de todo um domínio das investigações sobre gênero, é uma de suas características. Embora algumas questões de gênero estejam presentes no cânone da disciplina, elas são relegadas espaço periférico. As pensadoras mulheres, por sua vez, apesar de proporcionarem produções intelectuais originais e robustas não fazem parte do cânone e raramente são lembradas no ensino da disciplina. Dentre essas teóricas, figuras como Marianne Weber, Harriet Taylor Mill, Nísia Floresta e Charlotte Perkins Gilman desenvolveram reflexões que contribuem para a Sociologia em termos da discussão sobre gênero, raça, Estado, trabalho, educação, dentre outros temas fundamentais para o pensamento social. Contudo, suas produções permaneceram à margem da agenda da Teoria Social (DAFLON; SORJ, 2021).

O movimento das mulheres e as Teoria Feministas têm como objetivo analisar e expor a forma que as noções patriarcais das relações de gênero moldam a vida cotidiana e, nesse sentido, o que a Epistemologia Feminista argumenta é que esse esquema generificado está presente em todos os campos do mundo social e o conhecimento científico não está isento disso (KELLER, 2006).

As Teóricas Feministas na Teoria Social repensam, expandem e completam debates e conceitos ao focar em uma experiência mais heterogênea, em vez do universal masculino branco. Com efeito, a Epistemologia Feminista critica a supergeneralizações dos valores, experiências, objetivos e interpretações desse universal masculino. A “má ciência”, como argumenta Sandra Harding (1996), é a que define que o problema de um grupo de homens é problema de todo o mundo, deixando à margem muitas questões que fazem parte da condição feminina: seleção de problemas circunscritos aos grupos dominantes. Nessa conjuntura, as epistemologias feministas são uma alternativa às epistemologias dominantes.

As críticas epistemológicas feministas advogam que há uma cegueira de gênero nas noções de sujeito e conhecimento na ciência e, por essa razão, é necessário ampliar o conhecimento do mundo para além do androcentrismo. Esse esforço se faz necessário na tentativa de uma prática metodológica mais saudável (HARDING, 1987), que busca dar visibilidade a saberes que são conferidos como subalternos em um campo intelectual marcado pela injustiça epistêmica (FRICKER, 2007).

Ao adotar uma abordagem que confere pluralidade de vozes, diferentes aspectos da vida social são enfatizados, permitindo, assim, um maior poder explanatório da

Teoria Social. Nesse sentido, a diversidade de perspectivas trazidas pelas críticas epistemológicas feministas enriquece o conhecimento produzido na ciência e contribui para uma compreensão mais abrangente e precisa das complexidades do mundo social. (HAMLIN, 2008).

A masculinidade na Teoria Social opera como categoria definidora, assim esses indivíduos presentes no social dentro da Teoria Social não são genéricos. Por isso é preciso pensar o gênero não como correspondente direto à diferença sexual, mas como uma lente analítica de organização de práticas e pensamentos sociais. Sendo assim, podemos analisar como os conceitos e problemas científicos são construídos nesse contexto para poder superá-lo.

Posto isto, aqui haverá um esforço em analisar as reflexões marxistas sobre gênero com objetivo de apreender uma melhor compreensão da dimensão da acumulação capitalista. De uma maneira que seja apresentado caminhos possíveis que considerarem os marcadores de gênero na análise marxista, não descartando o Marxismo, mas sim o repensando e ampliando, contudo, sem deixar que a Teoria Feminista não seja colocada apenas em um lugar de apêndice do Marxismo.

2. NOTAS SOBRE A TEORIA DO VALOR-TRABALHO EM MARX

Na teoria marxiana, o trabalho é a gênese do ser-humano. No metabolismo entre o humano e a natureza, o ser humano idealiza sua própria ação e a coloca em prática, ou seja, realiza um processo de trabalho idealizado e racionalizado. A partir dessa relação específica com o trabalho, o humano constitui-se no mundo de forma diferente dos animais (MARX, 2004 [1982]). Desse modo, para Marx, o trabalho é trans-histórico e central na vida humana. Contudo, essa relação humano-natureza é deteriorada quando há uma transformação da força de trabalho em mercadoria.

Para melhor compreender o trabalho na produção capitalista, Marx desenvolve a Teoria Valor-Trabalho, que apresenta o duplo caráter do trabalho. A teoria marxiana desvenda a essência do Capital e como ele se apropria do trabalho humano. O autor apresenta duas faces no processo de trabalho baseado nas distinções entre trabalho concreto e abstrato. O trabalho concreto é necessário para vida humana e não é feito com o objetivo de troca, mas para a satisfação de uma necessidade imediata. O trabalho abstrato, por sua vez, é produzido para a troca. Marx destaca que o valor-de-uso apresenta uma maior relação com o trabalho concreto, pois seu valor é atrelado à utilidade da mercadoria. Por outro lado, o valor-de-troca, assim como o trabalho abstrato, existe somente na produção capitalista. Em outras palavras, o valor de troca

não é inerente à mercadoria, apenas é expressa no momento da circulação da troca, ou melhor, da circulação da mercadoria (MARX, 2013 [1867]).

Com o processo de expropriação da classe trabalhadora, a única coisa que pertence aos trabalhadores e trabalhadoras é a sua força de trabalho. Na dinâmica da troca capitalista, a força de trabalho torna-se mercadoria e as mercadorias estão imbuídas de força de trabalho. Marx argumenta que a força de trabalho é medida pela média do tempo de trabalho despendido em determinada produção. Nas palavras do autor: “O valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção.” (MARX, 2010 [1849], p. 112).

Os/as trabalhadores/as precisam vender sua força de trabalho para os proprietários dos meios de produção para garantir sua reprodução sob o capitalismo. Entretanto, o Capital se apropria da força de trabalho da classe trabalhadora de uma forma que os trabalhadores e trabalhadoras trabalham mais que o necessário para a sua reprodução, que é objetivada, sobretudo, no salário. É essa realização do trabalho não remunerado para o Capital que produz o mais-valor ou mais-valia.

Conforme foi discutido, existe uma capacidade no trabalho concreto que define a humanidade e sua potencialidade. Por outro lado, o sentido do trabalho abstrato – o que estrutura do capital – reside na exploração do trabalho humano pelos detentores dos meios de produção, onde, no processo da produção, a classe trabalhadora tem sua força de trabalho explorada e é alienada dos bens criados por ela. O trabalho abstrato, portanto, é “desestruturante para a humanidade” (ANTUNES, 2018, p.26).

Na Teoria de Valor-Trabalho marxiana é presente a importância que a força de trabalho ocupa no processo de produção, mas uma indagação permanece: como é produzida e reproduzida essa força de trabalho?

3. NOTAS SOBRE A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Ao longo dos anos 1960, certos setores das Teorias feministas encontraram um quadro conceitual e um método na obra marxiana que auxiliaram a análise da condição feminina. Um novo momento do feminismo e do marxismo surge com a renovação do feminismo marxista (MARCELINO, 2019). As teóricas como Lise Vogel nos Estados Unidos, Silvia Federici na Itália e Heleieth Saffioti no Brasil desenvolveram trabalhos que repensam, expandem e completam a interpretação marxista do mundo, em especial sobre a questão das mulheres no capitalismo. De maneira que apresentam uma atualização na teoria marxista sobre a produção

capitalista. Essas novas lentes de compreensão do marxismo pelos feminismos representam um significativo avanço na compreensão e abordagem dos elementos estruturantes que historicamente têm contribuído para a precariedade social das mulheres (MARINHO, 2022; RUAS, 2020).

É importante destacar esse debate no Brasil, através do pioneirismo de Heleieth Saffioti (1969 [2013]), que desempenhou um papel crucial de renovação da teoria marxista na análise da condição feminina. A autora estabeleceu uma análise inaugural ao produzir conhecimento sobre essas questões fora dos chamados grandes centros do saber e do “capitalismo avançado” (GONÇALVES, 2013). Saffioti argumenta que a intensificação da apropriação da força de trabalho feminino se manifesta de maneira explícita no âmbito do trabalho doméstico. Nesse contexto, é nesse campo específico que se dá a produção de uma mercadoria vital para o funcionamento da sociedade capitalista: a força de trabalho do trabalhador. Com a perspectiva feminista marxista de Saffioti, foi possível compreender que o patriarcado e o racismo também operam como determinação social na realidade junto com o capitalismo, consubstanciando o sistema dominação-exploração. Essa nova perspectiva constestatória que revigora o marxismo através da produção feminista traz consigo um notável avanço teórico, destacando-se a sua nova abordagem na compreensão da reprodução social e sua relevância dentro do modo de produção capitalista.

Nos termos marxistas, a reprodução social do sistema capitalista consiste na organização das relações não estritamente econômicas em prol da produção econômica, ou seja, a reprodução ampliada do capital. A teoria feminista marxista aprimora o conceito de reprodução social para demonstrar que o controle do Capital sobre os trabalhadores e trabalhadoras não evapora quando essa classe deixa o espaço de produção, pois a classe trabalhadora está subordinada ao Capital antes mesmo do momento de produção.

O Feminismo da Reprodução Social é uma teoria feminista-marxista que surgiu de forma contundente na segunda metade do século XX nos Estados Unidos e na Itália. A emergência dessa teoria foi fruto de acúmulos de reflexões de diversas feministas marxistas ao longo do tempo. No mundo contemporâneo, o debate ganhou mais efervescência com novas vozes para contribuir no debate, em especial, temos a produção da Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, que lançaram em conjunto o “Feminismo para os 99%: um manifesto” (2019).

O que diferencia a perspectiva das Teóricas da Reprodução Social de outras elaborações teóricas do feminismo marxista é a teoria unitária. Tal percepção reitera que a produção do capital não é um processo apenas “econômico” (ARRUZZA,

2018). De forma mais detalhada, o esforço teórico da Teoria da Reprodução Social é a compreensão do capitalismo como um todo social. A teoria unitária é fundamentada na premissa de que o sistema capitalista e o patriarcal estão intrinsecamente integrados, visto que o patriarcado e o capitalismo não operam como sistemas autônomos. Dessa forma, a produção e a reprodução não podem ser compreendidas isoladamente, (VOGEL, 1983). Como resultado dessa reflexão, o trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidados) assume uma centralidade vital para o ciclo de produção do Capital. Nesse sentido, é sublinhado que as relações e apropriações capitalistas não existem apenas no local de produção, enriquecendo a ideia de Marx sobre a estrutura da reprodução social da força do trabalho (BHATTACHARYA, 2017). A exploração capitalista, patriarcal e racista não pode ser compreendida de forma fragmentada, pois corremos o risco de cair em reducionismos econômicos ou automatizar o sistema patriarcal e racista (ARRUZZA, 2018)

A perspectiva unitária proposta por Lise Vogel (1983) tornou-se uma abordagem fundamental na Teoria da Reprodução Social, pois evita cair nas limitações da adoção dos sistemas duplos e triplos em suas diversas formas: a “consustancialidade” da tradição francesa (KERGOAT, 2010) e a “interseccionalidade” da tradição anglo-saxã (CRENSHAW, 1991). O sistema de exploração de gênero e o capitalista não são sistemas relativamente autônomos que apenas interagem ou existem por si só de forma quase inalterada. As limitações teóricas dos sistemas duplos e triplos é que tendem a má elaboração teórica em que a intersecção fundamentalmente significa somente uma adição entre sistemas de exploração/opressão próprios (ARRUZZA, 2018).

As autoras dessa tradição argumentam que as tarefas domésticas e de cuidado são essenciais para a produção e reprodução do capitalismo, ou seja, são garantia do seu funcionamento. Tal argumento se ampara no fato de que esse trabalho mantém a vida humana, o que reproduz o Capital ao “produzir” a força de trabalho. Em outras palavras, seres humanos são corporificados e, por isso, necessitam de cuidado desde o momento que nascem para a manutenção das suas vidas. Precisam ser alimentados e ter o mínimo de higiene garantida para não adoecerem para, entre outras coisas, serem capazes de trabalhar. Esses meios de subsistência não são garantidos apenas com a forma-salário, mas com o trabalho doméstico e de cuidado. Essa regeneração da força de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras ocorre majoritariamente na unidade familiar e sem responsabilização do Capital ou do Estado. O trabalho reprodutivo é, então, predominantemente realizado por mulheres, nos espaços privados da unidade familiar e de forma gratuita para o Capital. Embora esse trabalho também seja desempenhado nos hospitais, asilos, nas creches e escolas, a família é o local primário de reprodução social sob o Capitalismo.

Um dos principais pontos de encontro dessas perspectiva teórico-epistemológica é justamente o foco na questão do lar como a unidade em que a vida é reproduzida de forma genericada para fins capitalistas. O trabalho de reprodução é desproporcionalmente atribuído às mulheres e ao espaço privado. Sem dúvida, o apontamento da casa e da instituição familiar nuclear como uma das bases da opressão das mulheres não é um argumento inédito nos estudos de gênero (KOLLONTAI, 1907; 1982). Todavia, o que Teoria da Reprodução Social traz é um aprofundamento e uma solidificação da reflexão de que o trabalho executado – em moldes patriarcais – nesse plano da vida privada é indispensável ao funcionamento do capitalismo. Portanto, toda sociedade capitalista depende da reprodução social realizada pelas mulheres no plano doméstico, o que reflete em uma superexploração e limitação das escolhas possíveis para a camada feminina da sociedade. Em razão disso, para garantir uma unidade de reprodução social gratuita para o Capitalismo e o Estado liberal, existe a necessidade da organização da família burguesa com forte presença da dominação masculina. (FEDERICI, 2004 [2017]; VOGEL, 1983).

A Teoria da Reprodução Social é uma das responsáveis pela expansão do entendimento da produção capitalista. Em conjunto com discussões iniciais que foram expostas, essa perspectiva teórica volta sua atenção também para a Teoria do Valor de Trabalho Marxiana, que veremos a seguir.

4. AS CONTRIBUIÇÕES DAS TEÓRICAS DA REPRODUÇÃO SOCIAL NA TEORIA DO VALOR-TRABALHO MARXISTA

A partir das colaborações da Teoria da Reprodução Social, é possível refletir que no valor da força de trabalho está apenas parte da média do tempo de trabalho necessário para a reprodução do trabalhador e da trabalhadora – que, como previamente dito, são objetivados na forma-salário. Esse cenário pode ser compreendido a partir da elucidação de que o trabalho situado fora do lugar de produção, mas também necessário para a reprodução da classe trabalhadora no modo de produção capitalista, não é contabilizado no valor da força de trabalho.

Sobre esse debate, Lise Vogel (1983) argumenta que as múltiplas opressões e exploração no mundo capitalista são coproduzidas e interligadas na produção do mais-valor. Mesmo com a reflexão marxiana sobre a reprodução da classe trabalhadora, em especial no que tange os meios de subsistência, a análise de Marx está mais atrelada à forma-salário – que fornece condições monetárias, mesmo que mínimas, para trabalhadores e trabalhadoras sobreviverem. Contudo, o trabalho reprodutivo necessário para garantir as formas práticas de manutenção e reprodução da vida é

omitido do circuito de produção capitalista (FEDERICI, 2021). A reprodução do/a trabalhador(a), essa reposição dos “músculos, nervos e cérebros”, não tem como ocorrer apenas pelo salário, é necessário um labor que vai desde a compra das mercadorias para alimentação e higiene até o trabalho de cozinhar e limpar a casa.

Esse trabalho é transferido para as mulheres sob a égide de ser uma vocação natural feminina, por meio de uma construção de imaginário, no qual, o trabalho doméstico e de cuidado é um chamado da natureza feminina, o que, por sua vez, desvaloriza as qualificações e o tempo necessário para realização da produção de força de trabalho. O Capital se apropria gratuitamente desse trabalho, gerando uma maior expropriação de força de trabalho, uma vez que não precisa arcar com sua reprodução social. Essa expropriação ocorre com base em diferenças socialmente construídas pelo próprio Capital. Segundo a perspectiva de Tábata Berg (2021), há um processo sócio-histórico que mobiliza indivíduos a tornar-se ou fazer-se *outra*¹. A categoria “*ser-outra*” é oposto ao sujeito universal, pois é marcado pela diferença, no qual, essa alteridade é fabulada por identidades de gênero e raça. De forma, que *ser-outra* é um instrumento fundamental para criar subalternidade que possibilita maior dominação-exploração de sujeitos pelo capital.

De maneira que é possível argumentar que o tempo de trabalho para produção é iniciado previamente à ida do (a) trabalhador (a) ao espaço de produção. Entretanto, esse tempo de trabalho não é quantificado nos cálculos do capital sobre força de trabalho necessária para “produzir” e reproduzir a classe trabalhadora, tendo em vista que o trabalho reprodutivo não é normalmente remunerado pelo próprio processo de produção capitalista. Existem as trabalhadoras domésticas remuneradas, mas esse pagamento é feito no âmbito interpessoal. Nem o Capital, nem o Estado capitalista responsabilizam-se pela remuneração do trabalho reprodutivo, mesmo dependendo dele para seu funcionamento. Por vezes, o Capital até desestabiliza o próprio processo de reprodução, ao visar uma produção cada vez maior de mais-valor. Trata-se de uma das contradições do capitalismo, que é denominada por Nancy Fraser de “separação-cum-dependência-cum-negação” (FRASER, p.24, 2017, tradução minha).

Ao ocultar o trabalho doméstico, o Capital diminui a quantificação do tempo de trabalho necessário para o processo de reprodução dos trabalhadores. Consequentemente, a produção capitalista ao se amparar na exploração não remunerada da mão de obra do trabalho doméstico das mulheres, extrai o máximo de quantidade de mais-valia possível (ALBARRACÍN, 1988). Expondo essa dinâmica de forma prática: o tempo despendido do trabalho feminino ao higienizar e cozinhar a

¹ Itálico da autora

comida para fazer a marmita do seu marido – ou dela própria ou de seus filhos – para poder levar e se alimentar no trabalho, não é um tempo de força de trabalho contabilizado como necessária para a produção e reprodução do trabalhador (a). Esse exemplo condiz apenas com uma das atividades que compõem o conjunto do trabalho doméstico. Tal cenário reflete não apenas na maior acumulação de mais-valia, mas consequentemente na desvalorização do salário, tendo em vista a execução gratuita do trabalho doméstico para o Capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse breve ensaio, onde foi elaborado o diálogo entre a Teoria Marxiana sobre Valor-Trabalho e a Teoria Feminista da Reprodução Social foi possível capturar o modo em que efetivamente a Teoria da Reprodução Social contribui para o aprimoramento das discussões em torno da Teoria do Valor-Trabalho em Marx. Com as proposições da Epistemologia Feminista de tornar visível o que é invisível por uma cegueira de gênero na produção científica, as Teorias Feministas da Reprodução social colaboram de forma substantiva na compreensão e no debate da acumulação capitalista. Segundo as autoras dessa tradição, o Trabalho Reprodutivo não produz *diretamente* mais-valor e/ou valor de troca, mas o que é elucidado aqui é que o trabalho de reprodução social – trabalho doméstico e de cuidado – é socialmente ocultado como parte das condições necessárias para a reprodução da classe trabalhadora e produção capitalista. Tal movimento se dá, sobretudo, no aprofundamento da organização da divisão sexual do trabalho ao produzir a invisibilização das tarefas de reprodução social realizadas no campo privado. Assim, essa organização do trabalho contribui ativamente para adquirir a maior expropriação da força de trabalho da classe trabalhadora e, por conseguinte, maiores acúmulos para o Capital.

A compreensão da complexa forma pela qual a força de trabalho é explorada nos ajuda a enfrentar os desafios do presente e do futuro no mundo da produção capitalista. Ao trazer à luz a importância do trabalho de reprodução social e sua conexão intrínseca com o funcionamento do sistema capitalista, a Teoria Feminista da Reprodução Social fornece uma perspectiva crítica valiosa para analisar as relações de poder, a exploração de classe e a opressão de gênero presentes na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

- Albarracín, J (1988). El trabajo doméstico y la ley del valor. Impreacor, Madrid, Tema 63.
- Antunes, R (2018). O Privilégio da Servidão. São Paulo: Boitempo.

Arruzza, C. (2018). Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*, Campinas, SP, n.10, p. 39-60. DOI: <https://doi.org/10.20396/cemarx.v0i10.10920>

Arruzza, C.; Bhattacharya, T.; Fraser, N (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo.

Berg, T (2021). Ser-outra: algumas inversões teóricas sob uma perspectiva feminista e decolonial. *Revista Izquierdas*, n. 30, p. 1-19

Bhattacharya, T. (2017). How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class. In: Bhattacharya, T. (ed). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press.

Collins, P (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v.31, n.1, p. 99-127. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100006

Crenshaw, K (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*. v. 43, n.6, jul. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/1229039>

Daflon, V.; Sorj, B (2021). *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Federeci, S. (2017) *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.

Federici, S. (2021). *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*, v. 1. 1.ed. São Paulo: Boitempo.

Fraser, N. (2017). Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Feminism. In: BHATTACHARYA, Tithi (ed). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press, pp. 21-36.

Gonçalves, R (2013). O Pionerismo de *A Mulher na Sociedade de Classes*. In: Saffioti H. *A Mulher na Sociedade de Classes*. 3ª edição. São Paulo. Expressão Popular.

Hamlin, C. and Weiss, R. (2021) *A Outra Margem: quando o Feminismo encontra a Teoria Social*. *Revista Contraponto*, v. 8, n.3.

Hamlin, C.(2008) Ontologia e Gênero: Realismo Crítico e o Método das Explicações Contrastivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, nº 67. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200006>

Harding, S (1996). *Ciencia y Feminismo*. Madri: Morata.

Keller, E.(2006). Qual foi o Impacto do Feminismo na Ciência? Cadernos Pagu, 27, pp. 19-50. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200003>

Kergoat, D. (2010) Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos estud.—CEBRAP, São Paulo, n. 86, Mar. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>

Kollontai, A (1907). Os Fundamentos Sociais da Questão Feminina. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm>> Acesso em: 25 jul. 2023.

Kollontai, A (1982). A Família e o Estado Socialista. In: A Crise da Família: marxismo e revolução sexual. São Paulo: Global.

Marcelino, G.(2019) Feminismo, ponto de renovação do marxismo. Revista Outubro, v.1, nº 33, p. 29-62.

Marinho, S (2022). Lentes Feministas à renovação do Marxismo. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 2, p. 346-355. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82693>

Marx, K. (2013) O Capital: Crítica da Economia Política, Livro 1: O Processo de Produção de Capital. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2004). Manuscritos Econômico-filosóficos. 1.ed. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2010). Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular.

Ruas, R. (2020). Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. Rev. Direito e Práx, Rio de Janeiro, vol.12, n.01, 2020, p.379-415. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/46086>

Vandenberghe, F. (2009). Prefácio à edição brasileira: Metateoria, teoria social, teoria sociológica. In: VANDENBERGHE, Frédéric. Uma História Filosófica da Sociologia Alemã. Vol. 1. São Paulo: Annablume, pp. 1-37.

Vogel, L. (1983). Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory. New Brunswick/New Jersey: Rutgers University Press.

Data de submissão: 30/05/2023

Data de aprovação: 06/08/2023



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.